

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA DE XXXXXXXXX

SUMÁRIO DA AÇÃO:

- DEMANDA POR AUTORIZAÇÃO JUDICIAL: PROCEDIMENTO DE ESTERILIZAÇÃO DEFINITIVA (LAQUEADURA) NO ATO DO PARTO.

- Perigo de Dano: AUTORA POSSUI PARALISIA CEREBRAL NÃO ESPECIFICADA (CID 10 G 80.9) ESTÁ GRAVIDA NO 8ª (OITAVO) MÊS DE GESTAÇÃO.

- GRAVIDEZ DE ALTO RISCO

FULANA DE TAL, brasileira, maior e relativamente incapaz, RG nº XXXXX expedido pela XXXXX, CPF nº XXXX, filha de **FULANO DE TAL**, brasileiro, neste ato representada pelo seu pai **FULANO DE TAL**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG de nº XXXX XXX, inscrito no CPF nº XXXXX, ambos residentes e domiciliados à Condomínio Nosso Lar XX XX, Km XX, Casa XX, XXXXX, CEP: XXXX, telefones: (XX) XXXX, endereço eletrônico: XXXX@hotmail.com, vem à presença desse Juízo, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA XXXXXXXX**, propor

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE LAQUEADURA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA Ação

pelas razões a seguir expostas.

I - DIREITO DE ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA:

A parte autora não possui condições de arcar com os custos financeiros do processo e os honorários advocatícios, em caso de eventual sucumbência, conforme declaração de hipossuficiência anexa.

Diante disso, pede a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, nos moldes preconizados pelo art. 98 do CPC.

II - DOS FATOS

A parte Autora de 31 (trinta e um) anos de idade, portadora de paralisia cerebral – encefalopatia não progressiva, tem indicação para realizar o procedimento de laqueadura, conforme relatório médico, assinado pelo médico da rede privada; doutor Fulano de tal, CRM/XXXX especialista em Ginecologista/Obstetrícia, *in verbis*:

“Informo para os devidos fins (...) FULANA DE TAL, que a mesma **sofre de transtorno definido no CID XXXX**, com incapacidade de cognição e sequelas motoras limitantes em atividades habituais. A mesma encontra-se no Xº Trimestre de gestação, com cerca de 31 semanas e 5 dias, datados por ecografia tardia. Segundo o pai adotivo e curador, a gestação foi fruto de violência sexual (...)” **Solicito que do ponto de vista médico é recomendável a esterilização cirúrgica e é desaconselhável nova gestação pelo risco materno aumentado . (...) ”** (grifo nosso)

Cumpre destacar que o médico especialista em obstetrícia, a qual acompanha a gestante, informou que o parto da requerente ocorrerá possivelmente no dia **XXX**, provavelmente por meio de Cesária. **Ademais a gestante não tem outros filhos nascidos vivos.**

III - FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS DA PRETENSÃO:

Com efeito, a Lei nº. 9.263/96, a qual dispõe acerca do Planejamento Familiar, assim prevê, em seu artigo 10:

“Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações:

I - em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce;

II - risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro conceito, testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos.

§ 1º. É condição para que se realize a esterilização, o registro de expressa manifestação da vontade em documento escrito e firmado, após a informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes.

§ 2º. É vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores.

§ 3º. Não será considerada a manifestação de vontade, na forma do § 1º, expressa durante ocorrência de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente.

§ 4º. A esterilização cirúrgica como método contraceptivo somente será executada através da laqueadura tubária, vasectomia ou de outro método cientificamente aceito, sendo vedada através da histerectomia e oforectomia.

§ 5º. Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.

§ 6º. A esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da Lei”.

A própria lei que prevê o planejamento familiar é clara no sentido de que tal prerrogativa é direito de todo cidadão, e não apenas de um casal, tendo, desta maneira, todo cidadão o direito de constituir, limitar ou aumentar sua prole, sem a interferência do Estado. Este preceito, encontra-se, ainda, preconizado na Constituição Federal, art. 226, § 7º.

Certo é que a autora, por ser portadora de distúrbios psiquiátricos, é incapaz de administrar sua vida sexual e planejar a sua família, sendo, ainda, vítima de estupro de vulnerável conforme cópia de boletim de ocorrência na XXª Delegacia de Polícia de XXXXX, foi inviável a utilização métodos contraceptivos.

Ademais, é cediço que pessoas com doença mental não possuem meios de defesa cognitiva em uma ação violenta como essa, que fere a integridade física e psíquica da gestante, e, estando em contato com pessoas do sexo masculino, poderá ter outra gravidez indesejada e de alto risco, conforme cópia de relatório médico em anexo.

Assim, não tendo a autora capacidade para exercer certos direitos inerentes à sua pessoa, especificamente aquele que concerne ao seu corpo e via de consequência, a um planejamento familiar, deve a

autora interceder por seus direitos e interesses e postular, a autorização para a realização da laqueadura de trompas.

Destarte, é certo que o paragrafo 10º, da referida Lei, prevê a possibilidade de autorizar a esterilização cirúrgica.

Destaca-se, ainda, que a ausência de regulamentação deste dispositivo, em virtude da morosidade do Poder Legislativo, não exime o Poder Judiciário de apreciar o caso concreto, utilizando-se de outros critérios constantes do ordenamento jurídico.

A própria lei que prevê o planejamento familiar é clara no sentido de que tal prerrogativa é direito de todo cidadão, e não apenas de um casal, tendo, desta maneira, todo cidadão o direito de constituir, limitar ou aumentar sua prole, sem a interferência do Estado. Este preceito, encontra-se, ainda, preconizado na Constituição Federal, art. 226, § 7º.

IV - DA DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA (artigo 300 CPC)

O artigo 300 do Código de Processo Civil aponta dois requisitos para a concessão da tutela de urgência: a *probabilidade do direito alegado* e o *perigo de dano*.

A ***probabilidade do direito alegado*** está amplamente demonstrada pelos documentos juntados aos autos, bem como pelo fato de o procedimento postulado estar previsto nas políticas públicas de saúde.

No mais, quanto ao ***perigo de dano***, está igualmente demonstrado, pois, está expressamente registrada a urgência médica PARA SE OBTIVER A AUTORIZAÇÃO PARA LAQUEADURA em rede médico-hospitalar na rede particular e a assistida já está com 08 meses de gestação.

V - DOS PEDIDOS:

Com essas considerações, pede-se:

a) a concessão da Justiça Gratuita, em face da hipossuficiência econômica, conforme declaração anexa;

b) a tramitação prioritária por se tratar de paciente com doença grave e deficiente, nos termos do art. 1.048 do CPC bem como Estatuto do Deficiente;

c) a nomeação de curador especial para a assistida por se tratar de incapaz em razão de possível conflito de interesse entre as partes;

d) a intimação do ilustre membro do Ministério Público, para atuar no feito, pois se trata de interesse de incapaz;

e) que se determine liminarmente a EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA PROCEDER CIRURGIA CONTRACEPTIVA PELO MÉTODO DA LAQUEADURA DE TROMPAS, LOGO APÓS O PARTO.

f) a realização de diligência de intimação para cumprimento da tutela de urgência inclusive em horário especial, nos termos do art. 212, § 1º, do CPC/2015;

A parte requerente protesta provar o alegado por todos os meios juridicamente admitidos, a serem oportunamente especificados.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX (XXXX).

XXXX

Assistente da Requerente

XXXXX

XXX

Colaboradora/xxxx - Mat xxx

xxxx

Defensor Público do xxxx